



COLLOQUIUM

REVISTA MULTIDISCIPLINAR DE TEOLOGIA

VOLUME 9, NÚMERO 1, CRATO – CE, SETEMBRO DE 2024.1- ISSN 2448 2722

SUBMETIDO EM: 29/01/2025 ACEITO EM: 27/02/2025 - SEÇÃO 2: RESENHAS

RESENHA: O NOVO TESTAMENTO E O POVO DE DEUS: ORIGENS CRISTÃS E A QUESTÃO DE DEUS

Fares Camurça Furtado¹

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2562049569156918>

DOI: <https://doi.org/10.58882/clq.v9i2.202>

Nicholas Thomas Wright, nascido em 1948, no Reino Unido, é um dos maiores eruditos do Novo Testamento da atualidade. Além de ser um grande orador, N. T. Wright, como é mais popularmente conhecido, é um dos teólogos mais prolíficos do mundo. Possui textos acadêmicos, homiléticos, devocionais, carregados de uma boa dose de humor, erudição, amplitude de pesquisa e com uma fluência arrebatadora.

Esta série 'Origens Cristãs e a Questão de Deus' nasceu de uma tentativa de escrever dois livros: um sobre Paulo e sua teologia e outro sobre Jesus em seu contexto histórico. A pesquisa foi ampliando os esforços e o projeto ao ponto de a série ganhar um corpo em torno de cinco volumes. A partir disto, Wright espera oferecer uma hipótese sobre a origem do Cristianismo no que concerne a Jesus, Paulo e os Evangelhos.

¹ Possui graduação em Medicina pela Universidade Federal do Amazonas (2007). Atualmente é médico do Hospital Maternidade Geraldo Lacerda Botelho. Tem experiência na área de Medicina, com ênfase em Medicina, atuando principalmente nos seguintes temas: molinismo, conhecimento médio, presciência divina, compatibilismo e libertarismo. Faz parte do Conselho Editorial da Manifesto Originalia Revista de Ensaios Teológicos



Neste volume, Wright aborda as origens do Cristianismo a partir do conceito de Povo de Deus e faz um estudo introdutório sobre Teologia e cosmovisão. Posteriormente trata de sua metodologia aplicada primeiramente aos judeus (com ênfase para a literatura do segundo templo) e depois aos cristãos. Por fim, ele trata da comunidade cristão do século I.

Ele já inicia o tom deste primeiro volume apresentando o porquê de tanta controvérsia sobre o Novo Testamento:

O Novo Testamento é um livro de sabedoria para todos os povos, porém nós o transformamos em um covil de erudições, quando não em um manual de piedade rigoroso, severo e exclusivista. (p. 28).

Portanto, para extrairmos a riquíssima sabedoria do Novo Testamento, devemos entender o Novo Testamento a partir de seu contexto histórico e literário. Como bem pontuou Wright: “Se desejamos ser historiadores e teólogos, também devemos ser críticos literários” (p. 24). A base de nosso autor é o tripé: Literatura, História e Teologia (que posteriormente foi chamada de tríade hermenêutica por Köstenberger). Além disso, o pressuposto filosófico de Wright é o Realismo Crítico, em contraposição ao Positivismo e ao Pós-Modernismo. Assim, Wright foge do realismo ingênuo, da análise da intenção inconsciente do autor e do estruturalismo. Alega que não adianta criticar o desconstrucionismo se não se possui uma epistemologia robusta. Por isso devemos utilizar a hermenêutica do amor: devemos estar atentos ao texto e ouvi-lo. Desta forma, N. T. Wright se coaduna com a Hermenêutica do Realismo Crítico.

Com esta perspectiva hermenêutico-epistemológica, Wright aponta que podemos ter conhecimento histórico das coisas. Ou seja, podemos escrever história, posto que é possível saber a respeito das coisas que aconteceram no passado. Só que não existe algo como a “mera história” (a história sem um ponto de vista, neutra, nua e crua). Trata-se de uma “narrativa significativa de aconte-



cimentos e intenções” (p. 125). Assim, a História envolve seleção. Acresça a isto o fato de que toda história é “história interpretada” (p. 133). Isto não significa ausência de fatos, mas aponta para uma metodologia história rigorosa: hipótese e verificação, com a presença de dados, quadro geral simples e coerente e proposição frutífera em outras áreas correlatas.

Ao olharmos para a metodologia teológica de Wright, percebemos que a tríade hermenêutica de Kostenberger já está presente em *O Novo Testamento e o Povo de Deus*. É possível observar que nosso autor também já vinha fazendo pesquisas e estava a par da hermenêutica da suspeição (Freud, Nietzsche e Marx) antes mesmo de Kevin Vanhoozer.

Como ilustração de sua teologia ele utiliza a metáfora dos trabalhadores na vinha e divide a teologia em: Criação, Queda, Israel, Cristo e o nosso ato (o quinto). Não estamos restritos a apenas recapitular os atos passados, mas devemos construir nossa teologia e mediar nossas ações como agentes teológicos que sabem assumir o seu papel no ato da igreja, com base nos quatro atos anteriores.

Após esboçar de maneira abrangente sua metodologia nas duas partes iniciais, nas duas subsequentes, ele apresenta seu método aplicado respectivamente a Israel e a Igreja. A quarta parte é dedicada ao Judaísmo do primeiro século no mundo greco-romano. Wright afirma que:

O judaísmo e o cristianismo do primeiro século partilham uma cosmovisão central comum: a percepção de que, agora, a narrativa alcançou seu ponto culminante. E o que ainda é mais importante: trata-se da mesma narrativa (p. 208-209).

Vale ressaltar que neste contexto de helenismo, “A pressão para a assimilação era forte em muitos setores, segundo nos é sugerido pelas evidências de judeus que tentavam remover as marcas da circuncisão” (p. 220). Um dado curi-



oso é que Antíoco Epifânio profanou o templo no dia 25 de Dezembro, e ainda se tratando da necessidade de aplicar o imaginário religioso da cultura greco-romana à cultura judaica é que Pompeu se admirou ao constatar que não havia deuses no Santo dos Santos do templo judaico, fato que contribuiu para espalhar ainda mais a crença de que os judeus eram ateístas.

Porém, nenhum sistema é monolítico. Há espaço para a diversidade dentro do Judaísmo. Os judeus da Galileia eram ainda mais preocupados com a preservação da Torá, devido ao risco da assimilação cultural. Optaram pela lealdade ao invés da assimilação. Com isto em mente, Wright nos apresenta diversos grupos dentro do judaísmo do primeiro século. Curiosamente ao falar dos fariseus ele omite as duras críticas de Jesus aos mesmos. Tal atenuação se explica pela necessidade de associar os fariseus a uma perspectiva espiritual positiva, denominada nomismo pactual. Wright de maneira adversa ao seu método teológico nos diz que: “Não importa quantos grupos ou indivíduos tenham escrito este ou aquele pergaminho, ou parte de um pergaminho: para nós, o que importa é como alguns judeus pensavam, viviam e oravam nesse período” (p. 280). Só que ele mesmo há havia dito que cada um desses grupos apresentará o pensamento ‘judaico’ da perspectiva do grupo em questão e não do judaísmo de forma geral.

Tais inconsistências, contudo, não diminuem o valor teológico, estético e histórico desta obra tão bem escrita. Somos apresentados aos principais símbolos do judaísmo, que do ponto de vista de Wright são: Templo, terra, Torá e identidade racial. Estes foram “os principais símbolos que ancoravam a cosmovisão judaica na vida cotidiana do primeiro século (p. 305). No que tange às crenças do judaísmo da época, Wright nos afirma que o Monoteísmo é a base teológica que guia todos os escritos do Período do Segundo Templo, percebendo-se uma forte crença e ênfase na nação de Israel como substituta de Adão.



Tomando estas crenças como pilares da teologia israelita, Wright passa a apresentar qual era a esperança de Israel, qual era o cerne do seu pensamento escatológico. E aqui sua ênfase recai sobre a literatura apocalíptica. Tais escritos não são dualistas e nem sempre esperam que o Universo chegue ao fim.

Ele aponta que a interpretação da simbologia do apocalíptico deve ir muito além do literal. Por exemplo, em Daniel 7 ele interpreta o Filho do Homem como representando Israel sofrendo na mão dos pagãos. E que o fato de o Filho do Homem aparecer entre nuvens não nos aponta para um aspecto físico, mas simbólico de Revelação e de execução. Tal percepção é vista a partir da forma como os judeus liam Daniel 2 e 9 em meados de 60 d.C.: como profecia de libertação messiânica. Para tanto, Wright apela para uma das principais fontes judaicas da época: a literatura de Flávio Josefo. A Nova Perspectiva em Paulo já nos é apresentada nas explicações que ele dá no intuito de nos fazer ver o farisaísmo ancorado em uma teologia robusta e não em um suposto legalismo.

Nas palavras de Wright:

A aliança era firmada por nascimento ou por iniciação proselitista; para os homens, era selada na circuncisão e, para todos, mantida por meio da fidelidade ao documento da aliança, saber, a Torá. [...] E a tentativa do cumprimento da Torá, quando mais ou menos bem-sucedida, era entendida como uma resposta humana, e não como uma iniciativa humana (p. 445).

Após a belíssima exposição do judaísmo do primeiro século na parte III da obra, Wright nos apresenta na parte IV os cristãos do primeiro século. Para isto, ele se vale das mesmas ferramentas de pesquisa com as quais analisou o judaísmo. Só que não houve, à semelhança do judaísmo, um Josefo da Igreja Apostólica que lidasse com riqueza de detalhes sobre a história dos primórdios do Cristianismo. Na verdade, é possível saber muito mais sobre Jesus do que sobre parte da Igreja Querigmática. Documentos como O Martírio de Policarpo e A Carta



de Plínio, o Jovem a Trajano nos indicam que os cristãos já estavam bem estabelecidos na Ásia Menor no início do século II d.C. Foi tomado como um movimento com conotações semelhantes ao messianismo judaico, porém sem as perspectivas militares e nacionalistas.

A cosmovisão destes cristãos partia do ponto em que eles cresceram porque acreditavam que a verdade que seguiam se aplicava ao mundo inteiro (p. 478). Percebe-se também que não era uma seita ou uma religião pagã, uma vez que sua práxis destacada nas cerimônias do Batismo e da Ceia do Senhor não encontrava paralelo em uma nenhuma das seitas da época. Há uma apropriação do Antigo Testamento e ao mesmo tempo uma explicação disto tomando como referente e finalidade maior dos escritos veterotestamentários: a revelação do Senhor Jesus Cristo.

É neste sentido que ao se comparar Deuteronômio 6:4 com 1 Coríntios 8:6 percebemos nitidamente que a teologia do Novo Testamento tinha como pressuposto basilar sua fundamentação trinitária. Em sua *práxis*, os cristãos não faziam sacrifício de animais e diante do sofrimento a sua atitude era de confiança e de coragem. Um símbolo surge e marca o cristianismo: o símbolo da cruz. A partir destes aspectos da *práxis* e da simbologia da igreja primitiva, Wright aponta que houve uma “transferência indiscriminada do imaginário do Templo judaico para Jesus e para a igreja” (p. 488).

N. T. Wright dedica dois capítulos sobre narrativas do cristianismo apostólico, deixando claro que os primeiros cristãos eram contadores de história. Ele começa com as histórias de Lucas (Lucas-Atos), correlacionando-o de maneira vaga com Josefo. Por vezes faz analogias alegóricas demais entre Jesus e Paulo, mas com uma criatividade digna de nota:

Paulo, como Jesus, fez uma longa jornada, culminando com seu julgamento nas mãos de judeus e romanos. O equivalente à



crucificação, no entanto, não é a morte de Paulo. Lucas não tem a intenção de fazer de Paulo um segundo redentor, morrendo pelos pecados do mundo. A narrativa da crucificação no evangelho é ecoada pela tempestade e pelo naufrágio em Atos: a ressurreição, pela chegada segura de Paulo e sua comitiva em Roma, levando à proclamação aberta e desimpedida do reino do deus de Israel, o deus agora revelado no Senhor Jesus ressurreto (p. 497).

Aspectos tipológicos são salientados em Lucas 1 e 2, criando um paralelo entre o Novo Testamento e o livro de Samuel: o início da monarquia de Israel, apontando para Cristo como instaurador do reino de Deus (p. 502). Depois de analisar Lucas, Wright faz uma avaliação do enredo de Mateus, comparando seus blocos discursivos, apresentando um excelente paralelo entre os 'ais' de Mateus 23 com as 'bem-aventuranças' de Mateus 5. Depois ele apresenta Marcos dentro do gênero apocalíptico, tomando isto como:

uma maneira de revestir os acontecimentos espaçotemporais de significado teológico; na verdade, é uma forma de afirmar, não de negar, a grande importância da ordem atual e contínua do espaço e do tempo, negando que o mal tenha a última palavra. (p. 519-520).

Wright, ao entrelaçar os cordões da História, Literatura e Teologia, nos mostra que nenhuma narrativa é desprovida de intencionalidade. Ou seja, não há neutralidade narrativa, conforme muitos ingenuamente propõem. Depois ele nos aponta os aspectos narrativos da literatura paulina e como isto está em íntima conexão com a correlação entre Adão e Jesus (tendo a nação de Israel como elemento importantíssimo).

A narrativa de Hebreus por sua vez aponta para a história dos Hebreus tendo um ponto de subversão da História (cp. Com Eclesiástico 44-50). Por fim ele apresenta outro paralelo entre a narrativa de João e o livro de Eclesiástico 24:1-38. No segundo capítulo sobre Narrativas ele nos apresenta uma revisão da crítica da forma, mostrando que é possível pegar textos e tradições textuais como Q e Tomé e fazer críticas a partir dos mesmos. Para Wright, a estrutura dos sinópticos



aponta para formas características de histórias judaicas conhecidas na época. Ele explica que as tentativas de desmerecer os evangelhos pelos críticos da forma entra em contrassenso com sua própria metodologia. Tal conhecimento é que permitirá ao estudioso da crítica perceber que Tomé, isto sim, é uma distorção do Evangelho e não que os Evangelhos são distorções dos ensinamentos de Cristo.

Por fim, Wright trata da comunidade cristã primitiva, destacando que “todo o cristianismo inicial era um cristianismo judaico” (p. 598). Depois ele expressa sua continuidade AT/NT ao afirmar que “alguns cristãos parecem ter enfatizado uma história da salvação na qual a continuidade com Israel era extremamente importante” (p. 600). Outros já tinham uma fé mais vertical, sem continuidades históricas. Tais variedades não impedem um elemento unificador do cristianismo (mais uma vez o destaque vai para a continuidade entre Israel e a Igreja emitido por Wright): “eles contavam e viviam uma forma de narrativa de Israel que atingiu seu ápice em Jesus, resultando, pelo espírito que lhes foi dado, em um novo viver e em novas responsabilidades” (p. 601-602).

O livro termina com um convite a pensar o Novo Testamento e a pessoa de Jesus tomando como base a fundamentação teórica deste primeiro volume. Os elementos de tensão entre o bem e o mal têm sua resolução na vitória do Filho de Deus. Mas isto só nos será apresentado com vigor e com mais fôlego no segundo volume da série (ainda não traduzido para o Português), intitulado *Jesus and the Victory of God*.

Não precisamos nos render à Teologia de Wright para reconhecermos o valor literário, histórico e teológico deste volume que nos mostra uma forma robusta e meticulosa de realizar um empreendimento teológico. Ele aplicou isto aos judeus e aos cristãos do primeiro século e nos deu um esboço de caracteres importantes de gênero: a literatura apocalíptica e as narrativas. Nos reporta a uma extensa bibliografia e nos elucida com facilidade os temas, as passagens,



os autores antigos e os recentes por meio dos índices. É lógico que o pressuposto da NPP e da continuidade Israel-Igreja estão presentes na obra, porém, penso que o ponto mais relevante é que estas questões de cunho de chave hermenêutica do uso que o Novo Testamento faz do Antigo Testamento não devem ser colocadas como cavalos de guerra, mas devem ser levadas em conta no processo da construção teológica. Eis um homem que teceu um modelo teológico digno de apreciação. Se ele é sustentável aí é um capítulo para análises bem mais profundas que a superficialidade desta resenha possa emitir.

WRIGHT, N.T. **O novo testamento e o povo de Deus**: Origens cristãs e a Questão de Deus; Tradução: Elissamai Bauleo. - 1. Ed. - Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2022. 720 p.

